

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista os dados levantados na análise dos documentos e das entrevistas, podemos assinalar que o modelo universalista que orientou a criação do sistema de ensino superior no país, ou seja, um modelo de educação superior pouco sensível à diversidade de culturas, identidades, etnias, classes sociais, etc, está sendo paulatinamente superado, tendo-se presente a experiência desenvolvida na Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Sendo assim, discutir a relação entre educação e relações raciais no ensino superior, pode contribuir para superar um modelo de universidade que, em nome de um igualitarismo abstrato, presta pouca atenção às diferenças raciais. Mas, também, pode ajudar a evitar o que seria o modelo oposto, qual seja, o de uma universidade que só enxerga as diferenças e se fecha em guetos. Nem um extremo nem outro são desejáveis. Sendo assim, um grande desafio persiste para nós, educadores/as: como articular pedagogicamente o ideal da igualdade de acesso ao ensino superior e a apropriação das oportunidades educacionais pelos grupos socialmente excluídos dos benefícios de cidadania, como é o caso do segmento negro da população brasileira.

Nesse sentido, a experiência do Programa Políticas da Cor na Educação Brasileira nos mostra, através dos documentos oficiais do Programa e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e dos depoimentos de implementadores/as do programa, que o sistema educativo superior ainda é excludente. Nesta perspectiva, um outro desafio que se apresenta para nós educadores/as é: como desenvolver processos educativos que favoreçam a inclusão social? Como promover os ideais da igualdade a partir do reconhecimento das diferenças?

O esforço de empreender uma análise do PPCOR, tendo por horizonte, discutir as questões acima assinaladas, nos permitiu evidenciar duas importantes e urgentes contribuições que o sistema de ensino superior no Brasil pode oferecer diante dessa complexa realidade social do país.

Primeiramente, temos que a educação superior pode reforçar a crítica a uma visão de mundo na qual um determinado grupo ocupa uma posição de referência em

relação às elaborações e proposições de uma sociedade. Esta posição favorece a criação de privilégios para o grupo dominante e leva à exclusão daqueles que historicamente ocuparam posições desfavoráveis e formam as camadas dominadas desta sociedade. A crítica não elimina os privilégios mas é um importante elemento na busca de mecanismos de superação das desigualdade e fortalece o combate à intolerância, ao etnocentrismo, à xenofobia, ao racismo, à homofobia, ao sexismo e a todo tipo de preconceito e discriminação.

Em segundo lugar, a universidade pode desenvolver idéias e práticas educativas que articulem a igualdade e a diversidade e possam levar à superação de sentimentos de estranheza, medo, hostilidade, comuns em contextos marcados pelas diferentes formas de discriminação.

As diversas pesquisas e estudos sobre as relações entre educação e relações raciais têm contribuído para o avanço da idéia de que se deve levar em consideração as desigualdades raciais presentes no Brasil e as diferenças de acesso aos direitos e apropriação de oportunidades em nossa sociedade em prejuízo da população negra.

É nesta perspectiva que podemos entender as variadas propostas de educação que visam responder à tensão entre relações raciais e igualdade de oportunidades. O Programa Políticas da Cor na Educação Brasileira, como tantas outras experiências de inovação educativa, procura se situar nesta tensão, buscando construir alternativas mais justas e democráticas que possam superá-la. Isto significa dizer que as propostas precisam estar mais atentas à diversidade étnica, como também à igualdade de oportunidades.

Acredito que os dados recolhidos, a partir dos documentos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e dos depoimentos apresentados nas entrevistas, por si só já revelam com bastante riqueza o trabalho realizado na formulação e na implementação do programa, bem como mostram suas conquistas e, principalmente, os desafios enfrentados, a fim de se construir uma experiência de educação que supere o modelo tradicional e excludente.

No entanto, cabe retomar alguns aspectos anteriormente apresentados a fim de se indicar algumas considerações, mesmo que ainda preliminares, tendo em vista o avanço nas discussões que articulam as questões referentes ao acesso ao ensino superior e à igualdade de oportunidades.

Um ponto importante a ser retomado é a convergência encontrada nos depoimentos dos entrevistados e o conteúdo dos documentos do programa referentes à sua implementação. Neste sentido, destacamos no *box* que segue cinco aspectos dos mais significativos a este respeito:

1. A visão positiva da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, enquanto acolhedora da proposta e o empenho dos profissionais envolvidos na sua elaboração e implementação mostrando abertura para a temática das relações raciais;
2. O PPCOR é uma experiência que foi possibilitada pelas características específicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, principalmente devido ao nível de atuação e pioneirismo dos seus profissionais;
3. O PPCOR, tal como outras propostas consideradas progressistas, pautam-se pela garantia do direito à educação, incluindo-se aí o acesso, a permanência e o desenvolvimento de um aprendizado de qualidade;
4. O PPCOR deve ser entendido para além de uma concepção restrita de projeto, mas como um programa que se propõe a pensar uma nova universidade, na sua maneira organizada de refletir e atuar que se baseia, sobretudo, numa visão positiva de que a universidade pode ser inclusiva e que o acesso à mesma pelos afrodescendentes pode se dar através da implementação de políticas de ação afirmativa no ensino superior, uma das grandes mobilizações do programa, pois ataca um antigo problema educacional: a exclusão. No entanto, a aceitação desta política tem sido tanto para a universidade em geral, como para a sociedade, um grande e constante desafio para o desenvolvimento do programa;
5. As relações raciais e a educação são preocupações centrais da proposta.

Cumpramos registrar, no entanto, que estas considerações foram possíveis a partir da fala dos entrevistados/as, que são em sua totalidade profissionais de educação diretamente envolvidos com o programa. Talvez fossem outras as conclusões obtidas a partir das representações, por exemplo, dos alunos da universidade.

Neste sentido, faz-se necessário tecer algumas considerações sobre o que reconhecemos como alguns dos limites desta pesquisa. Primeiramente, vale dizer que,

desde o início, estivemos conscientes da dificuldade de realizarmos uma pesquisa de campo com observação, o que certamente teria não só enriquecido como propiciado outras possibilidades de investigação e aumentado significativamente o volume de dados e informações coletados a partir das observações no local.

Outro ponto a se assinalar a este respeito tem a ver com a técnica da entrevista, um dos recursos utilizados para levantar os dados sobre as representações dos implementadores sobre a proposta em questão. Os depoimentos dos/as entrevistados/as também propiciou uma visão parcial, já que teve como ponto de partida as perspectivas específicas de formuladores e implementadores do programa.

É preciso, ainda, reconhecer que, apesar dos documentos oficiais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e dos depoimentos terem dado um maior destaque para os aspectos positivos e bem sucedidos do programa, é inegável que o PPCOR é uma experiência educacional que enfrenta limites e desafios que põem em cheque alguns de seus princípios. Assim, é fundamental tecer algumas considerações: o limite do programa não ser uma Política Pública diretamente ligada à Universidade do Estado do Rio de Janeiro, que, sendo uma instituição com programas próprios, apenas acolhe em suas instalações esta proposta, a partir de uma negociação entre a Fundação Ford (financiadora do programa) e o Laboratório de Políticas Públicas da mesma universidade, apresentando-se como um grande desafio o futuro do programa com relação ao seu financiamento; o outro desafio que se apresenta, refere-se a como o programa irá articular sua relação com o movimento negro, já que o mesmo não faz parte deste movimento mas agrega discussões do mesmo, fortalecendo a luta pela implementação de políticas de ações afirmativas.

Outro aspecto importante a se considerar com relação à realização da pesquisa, refere-se à análise sobre a articulação entre educação e políticas de ações afirmativas. Acredito que os dados coletados através das entrevistas e as informações contidas nos documentos são contribuições significativas para se avançar na discussão e na análise desta temática. Os depoimentos, como já mencionamos, propiciaram a confirmação de algumas idéias registradas nos documentos e trouxeram luz nova para outras.

Finalmente, o que podemos concluir é que o tema das políticas de ações afirmativas trouxe para o campo da educação um conjunto de novas e instigantes questões que não podem mais ser desconsideradas. Toda esta discussão que emerge a

partir do direito à educação e do direito a igualdade de oportunidades traz, neste caso, para a universidade, um constante desafio, pois só aprenderemos a descobrir e valorizar a diversidade convivendo com ela.